

Trinta anos depois, “Cinema Paraíso” volta às salas.
Revisitemo-lo



A amizade entre o pequeno Totò e o projetorista Alfredo emocionou
espectadores do mundo inteiro

os beijos da nostalgia

QUEM, COMO EU, VIU “**CINEMA PARAÍSO**” HÁ QUASE TRÊS DÉCADAS E NÃO TORNOU, O QUE GUARDA NA MEMÓRIA? É muito interessante a questão do ‘se bem me lembro’, porque, como sabemos, um filme vai-se esvaindo e o que dele resta, como sedimento, como último vestígio, é invariavelmente revelador. O que guardo na memória do filme de Tornatore — melhor dizendo, o que guardava até ontem quando o revi para efeitos de escrita deste texto — são os beijos, a sequência final com o surpreendente legado do passado que Alfredo, o velho projecionista, deixa ao pequeno Totò, albergado no fundo da alma de um cineasta, entretanto, célebre. É uma sequência daquelas que, sempre e para sempre, deixam a lágrima ao canto do olho enquanto sorrimos de alegria. É uma boa ideia de cinema — que nos emociona. É uma razão bastante para que um filme dure. Mas não se deve confiar na memória no que aos filmes concerne. Muitas vezes a memória é indutora de erros. Por exemplo, sempre que passo ali na Rua dos Condes e vejo o Odeon a apodrentar, lembro-me que ele tem aquele magnífico teto de abrir, em pau-brasil e sou capaz de jurar que igual ao da sala que está no centro do filme de Giuseppe Tornatore — e é mentira. Há algures num filme italiano da mesma época — será o “Splendor” de Ettore Scola? — um teto assim, não tão bonito quanto o do Odeon que o deus-mercado condenou ao lixo, mas não é no “Cinema Paraíso”. O que é isto? Estou a falar de uma velha sala de cinema de Lisboa, fechada há mais de 20 anos e que nenhum adulto com menos de 40 conheceu ainda com alguma dignidade? É o que faz a nostalgia que embebe “Cinema Paraíso” de fio a pavio, remetendos para um passado que em matéria de filmes como divertimento massivo e popular não tem igual, nem tem retorno. No seu centro está um miúdo, Salvatore di Vita, Totò como carinhoso diminutivo, que se enfia no cinema da sua siciliana aldeia natal com muito mais devoção do que a que experimenta nos officios da igreja vizinha onde é acólito. Estamos no imediato pós-guerra, ainda há ruínas e soldados por tornar da frente russa. Totò faz-se amigo do

projeccionista Alfredo, que o recebe, por vezes, na própria cabina e que acaba a ceder às insistências do miúdo, ensinando-o a mexer na máquina de onde saem as imagens de um mundo maior que o da vida. Totò aprende, à própria custa e, mais tarde, em forma de tragédia, que o nitrato das películas é altamente inflamável e assiste, em estado de supremo divertimento, à atividade quotidiana do rígido padre Adelfio censurando os filmes que os seus paroquianos vão ver, não consentindo nem um beijo na boca. Depois os costumes evoluem, Totò cresce, torna-se o projeccionista do Nuovo Cinema Paradiso que vem substituir a velha sala, enamora-se, desilude-se, parte para longe e só regressa à sua aldeia 30 anos depois, quando lhe chega a notícia de que Alfredo morreu. Tornou-se, entrentes, um cineasta de sucesso, mas o cinema como espetáculo popular e de massas deixou de existir, a sala de cinema da sua terra natal está para ser demolida, fechou há anos, depois de uma agonia triste a exhibir filmes pornográficos. (Aconteceu o mesmo ao Odeon, lembremos, já agora...)

CINEMA PARAÍSO

De Giuseppe Tornatore

Com Philippe Noiret, Salvatore Cascio, Antonella Attili (Itália/França)

Drama M/12

“Cinema Paraíso” é um filme a sinalizar um tempo de encantamento e o seu entardecer. Quem, como eu, ainda conheceu esse tempo em que os cinemas não eram os paralelepípedos anónimos que hoje temos, em que havia um apelo coletivo pela sala escura, em que existiam interditos e censuras, em que havia estrelas em Hollywood e o mundo era muito maior que agora e infundavelmente mais inacessível, não pode deixar de exultar com a tonalidade dourada que Tornatore lhe imprimiu. Curiosamente — e é um dos trunfos do filme —, não porque esses tempos fossem melhores que os tempos de agora, Tornatore mostra inúmeros sinais da dureza social e económica dos anos 40/50, onde a história de amor inconsumada do

protagonista se insere, aliás. Mas há uma magia ligada à infância, a uma certa forma de inocência, a uma felicidade sem âncora que é muito bem arquitetada. Como será recebido este filme por uma geração de espectadores que não viveu esses anos, que não sabe a diferença entre as frisas do Tivoli e o 2º Balcão do Éden, entre o ecrã gigante do velho Monumental e o limitado espaço do Avis, que não associa aos filmes o local onde os viu? Como uma coisa sentimental e sem préstimo? Estou curioso de ver os números que faz neste regresso às salas portuguesas, sob o impulso da Festa do Cinema Italiano, 30 anos volvidos sobre a sua produção. Em boa hora torna.

O sucesso – planetário – de “Cinema Paraíso”, na viragem dos anos 80/90, não foi, de resto, coisa imediata. Estreado, em Itália, em 1988, numa versão com 155 minutos, o filme colapsou na bilheteira e parecia que não ia a lado algum. Depois, (o agora infame) Harvey Weinstein, então à frente da Miramax e a pescar à linha no mercado europeu para distribuição internacional, tomou conta do filme assegurando direitos mundiais. Com tantos pruridos quanto os de um carniceiro, retalhou-o (uma fatia de mais de meia hora, em particular no seu 3º ato, quando Salvatore volta à Sicília) para uma versão de 123 minutos. “Cinema Paraíso” foi a Cannes em 1989. Saiu de lá com o Grande Prémio do Júri e uma rampa de lançamento para o mundo. E o mundo recebeu-o de braços abertos, os prémios internacionais sucederam-se (entre os quais o Óscar de Melhor Filme em Língua Estrangeira, em 1990), o sucesso foi esmagador. Em 2002, Tornatore fez sair uma versão director’s cut, com 171 minutos, dando inteira envergadura ao famigerado 3º ato, com o reencontro de Salvatore e da sua amada Elena. “Cinema Paraíso” voltou a ter um novo fôlego de divulgação internacional, os mais fiéis ficaram felizes por saber que o amor entre Salvatore e Elena não se desfizera em oblióvio, mas o seu arco dramático – perfeito na versão curta – alongou-se sem vero préstimo, muito pelo contrário. Com 171 minutos, o filme lassa por completo, perde força, intencionalidade, foco. Em vez de cimentar, fragiliza-se. É a versão de 123 minutos que vai ser reposta agora entre nós, decisão sábia. “Cinema Paraíso” é a prova provada de que nem sempre um autor tem razão quanto à sua obra? Custa a aceitar, mas parece que sim.

Texto JORGE LEITÃO RAMOS

Jornal Expresso SEMANÁRIO #2371, 7 de Abril de 2018

Revisitar “2001”, de Stanley Kubrick, 50 anos depois



“2001 – Odisseia no Espaço”, de Stanley Kubrick, chegou pela primeira vez aos ecrãs de cinema a 2 de abril de 1968, no Uptown Theatre, em Washington, D.C. Num ano politicamente conturbado, com o assassinio de Martin Luther King Jr. a chegar às notícias dois dias depois dessa primeira exibição, a narrativa com argumento criado conjuntamente por Kubrick e o escritor de ficção científica Arthur C. Clarke alertava para a possibilidade de existência de vida inteligente extraterrestre, debatendo ainda no seu quadro narrativo a questão da inteligência artificial, levantando um dos mais célebres episódios de exploração cinematográfica do medo do homem pela máquina. Agendado para chegar às livrarias no cinquentenário da estreia

do filme, o livro “Space Odyssey: Stanley Kubrick, Arthur C. Clarke, and The Making of a Masterpiece”, de Michael Benson, promete trazer novas luzes e reflexões sobre a criação de uma das obras-primas da sétima arte. Com 512 páginas, uma entrevista com a viúva do realizador e conversas com alguns dos colaboradores de Kubrick (entre os quais o supervisor de efeitos especiais, Douglas Trumbull, e Dan Richter, o ator que interpretou o principal dos primatas na sequência “The Dawn of Man”), o volume recorda a história do filme, recuando à primeira reunião de Kubrick com Arthur C. Clarke, em 1964, na qual falaram de “The Sentinel”, o conto de 1951 que foi ponto de partida para todo o projeto. Do mundo académico chega ao mesmo tempo, via University of Chicago Press, o livro “Understanding Kubrick’s 2001”, que junta diversos ensaios recentes sobre o filme.

Dos vários títulos de trabalho – que passaram por “Journey To The Stars”, “The Star Gate” ou “Farewell To Earth” – a uma consulta técnica ao jovem Carl Sagan à tentativa de Kubrick em obter um seguro que o defendesse caso a ciência achasse inteligência extraterrestre antes da estreia do filme, a história de “2001: Odisseia no Espaço” tem já vários momentos contados em livros, que vão desde o colossal volume da Taschen, “The Making of Stanley Kubrick’s ‘2001: A Space Odyssey’”, de Piers Bizony, ao relato na primeira pessoa de Arthur C. Clarke, em “The Lost World of 2001”.

Por Nuno Galopim

Jornal Expresso SEMANÁRIO nº 2370, 30 de março de 2018

Arvo Pärt

[...] Neste dia da apresentação do Orçamento do Estado e da leitura do seu sempre extenso relatório e da proposta de lei certamente labiríntica onde, habitualmente, se mete tudo numa fúria legiferante e se submete à paciência dos interessados remissões de remissões de artigos perdidos em códigos tributários remendados e desconcertados, nada melhor do que ouvir Arvo Pärt.



A música deste estoniano nascido há 82 anos é um bálsamo de espiritualidade, num tempo em que até o Outono nos foge e o primado autofágico da materialidade de tudo toma conta.

Agora que acabaram de ser atribuídos os Prémios Nobel, Arvo Pärt recebeu também, há semanas, uma distinção que é conhecida como uma espécie de prémio Nobel da Teologia. Trata-se do “Prémio Ratzinger” (o Papa Emérito é também um melómano) atribuído pelo sétimo ano pelo Vaticano. O prémio foi justificado pela *“inspiração altamente religiosa da sua arte musical”*.

Pärt não é católico, mas sim cristão ortodoxo. Sujeito a uma vigilância opressiva por parte do regime soviético (o seu país, a Estónia, fazia parte da URSS), emigrou para a Áustria com a família no início da década de oitenta, tendo regressado a Talin depois da reconquista da independência. É, desde 2011, membro do Conselho Pontifício para a Cultura.

A sua música é uma simbiose perfeita de um muito pessoal minimalismo (que Michael Nyman definiu sinteticamente como fazer mais com menos), ou melhor um quase sacro-minimalismo, de uma linguagem da simplicidade harmónica, quiçá de algum regresso nostálgico ao arcaísmo, de uma austeridade ascética com simplicidade de meios, de uma

sonoridade contemplativa e mística e de uma atmosfera musical de quietude e meditação. Uma música quase desassossegadamente hipnótica. Uma criação que dá ao minimalismo repetitivo o aroma da harmonia anímica e do armistício espiritual, entre os tumultos do nosso quase compulsivo actualismo.

Com “*Für Alina*” e “*Spiegel im Spiegel*”, Arvo Pärt foi o criador do por ele apelidado *Tintinnabulum* (derivando de sino, em latim), assim definido pelo próprio: “*trabalho com escassos elementos. Construo a partir de um material primitivo – com o acorde perfeito, com uma tonalidade específica. As três notas de um acorde perfeito são como sinos. Por isso lhe chamei tintinnabulação*”. E acrescenta numa analogia cromática: “*Posso comparar a minha música à luz branca que contém todas as cores. Só um prisma pode dividir as cores e fazê-las realçar. Esse prisma é o espírito do ouvinte*”. Para depois lhe dar uma formulação aritmética: “*Tintinnabulum é a rigorosa ligação matemática de um ponto a outro, a regra pela qual a melodia e o acompanhamento são só um. Um e um é um, não dois*”.

No fundo, o mais maravilhoso e intrigante na sua música é a sua honesta procura de respostas, na angústia lúcida (admito que triste) perante a hostilidade do seu exterior, espelho de um mundo de caótica modernidade.

Para mim, a sua obra faz uma honesta e genuína bissectriz entre a sonoridade da música antiga e a plasticidade da música contemporânea. Assim Pärt exprime o que ele chamou de “*amor por cada nota*”, do qual provém o poder espiritual que nos quer transmitir.

Além das obras atrás citadas, bem como de *Tabula Rasa*, *Fratres*, *Credo*, várias sinfonias e outras composições, elejo “*Cantus in memoriam Benjamin Britten*” como a minha preferida. Pena é que, por cá, encontrar um cd deste compositor é quase como procurar água no deserto.

Ouvindo Pärt, passarei para o Orçamento. No caos organizado, no inferno fiscal, no Estado omnisciente. Até que volte à sobriedade sublime do músico de terras hanseáticas. Entre (muitos) números...

ANTÓNIO BAGÃO FÉLIX. Economista

https://blogues.publico.pt/tudomenoseconomia/2017/10/12/arvo-part-entre-numeros/?page=/&pos=21&b=opinion__compact